

01 – A Resolução nº 03/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que regulamenta as transferências voluntárias, em seu artigo 3º, dispõe sobre a formalização do ato de transferência voluntária, exigindo a apresentação do plano de trabalho que conterá um mínimo de informações. Assinale o que for correto no que respeita às informações exigidas, segundo a Resolução nº 03/2006, para a formalização do ato de transferência voluntária.

- 01) Razões que justifiquem a formalização do ato de transferência voluntária, mediante convênio, ajuste, cooperação, acordo ou outro instrumento congêneres.
- 02) Descrição completa do objeto a ser executado.
- 04) Descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente.
- 08) Etapas ou fases da execução do objeto, com previsão de início e fim.
- 16) Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela entidade concedente e a contrapartida financeira da entidade proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento.

02 – Considerando o artigo 33 da Resolução nº 03/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinale o que for correto no que respeita a documentação que deve acompanhar as prestações de contas das transferências voluntárias apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado nos prazos estabelecidos na Resolução.

- 01) Original do ato de transferência voluntária, formalizado mediante convênio, ajuste ou instrumento congêneres, bem como dos aditivos, se houver.
- 02) Original do plano de trabalho, devidamente aprovado pela entidade concedente dos recursos.
- 04) Original das guias, com autenticação bancária, referentes aos recolhimentos de saldos das transferências voluntárias estaduais, inclusive de aplicações financeiras, ao Tesouro Estadual, ou ainda à entidade concedente dos recursos, conforme dispuser a legislação pertinente.
- 08) Original dos extratos bancários, inclusive de aplicação financeira, contendo a movimentação completa dos recursos pactuados, desde o crédito inicial.
- 16) Original do termo de cumprimento dos objetivos, de conclusão de obra, de compatibilidade físico-financeira e/ou de instalação e funcionamento de equipamento, conforme o caso, expedido pelo órgão competente indicado no ato de transferência.

03 – No que respeita aos estágios percorridos pela despesa pública, assinale o que for correto.

- 01) A fixação constitui etapa obrigatória da despesa pública, e está consubstanciada em vários dispositivos constitucionais e pode ser subdividida nas seguintes etapas: organização das estimativas, conversão da proposta em orçamento público, programação das despesas.
- 02) A etapa do pagamento da despesa consiste na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- 04) O empenho é prévio, ou seja, precede à realização da despesa e não tem de respeitar o limite do crédito orçamentário.
- 08) O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição que será cumprido com a entrega de material, a medição da obra ou a prestação dos serviços.
- 16) A liquidação é o ato pelo qual a Fazenda Pública satisfaz ao credor e extingue a obrigação, devendo obedecer às formalidades legais.

04 – No que respeita às modalidades em que são classificados os empenhos, assinale o que for correto.

- 01) O empenho estimativo é destinado a atender a despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento, cujo montante exato possa ser determinado.
- 02) São despesas típicas de empenhamento global aquelas que se referem a aluguéis, a manutenção, a conservação, a limpeza, a pessoal etc. Quase sempre o empenho global se refere a pagamentos mensais sucessivos e do mesmo valor.
- 04) O empenho global é destinado a atender a despesas para as quais não se possa previamente determinar o montante exato.
- 08) Empenho ordinário é aquele destinado a atender a despesa cujo pagamento se processa de uma só vez.
- 16) No empenho estimativo não há parcelamento na liquidação da obrigação, nem descontos, nem acréscimos. São perfeitamente definidos o valor e o credor.

05 – No que respeita aos estágios da receita pública, assinale o que for correto.

- 01) A previsão indica a expectativa da receita por parte da Fazenda Pública e configura o que se pretende arrecadar no exercício financeiro com o objetivo de custear os serviços públicos programados para o período.
- 02) Arrecadação é o ato pelo qual o Estado recebe os tributos, multas e demais créditos a ele devidos. Tais recebimentos são promovidos pelos agentes de arrecadação, que recebem os recursos dos contribuintes e os entregam ao Tesouro Público.
- 04) Previsão é o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- 08) O recolhimento é constituído da entrega do numerário arrecadado pelos agentes públicos ou privados às repartições ou Banco Oficial e seu controle é efetuado com base nos seguintes demonstrativos: I – Boletim Diário de Arrecadação e II – Execução Orçamentária da Receita.
- 16) Os agentes de arrecadação são divididos em dois grupos: agentes públicos e agentes privados.

06 – O artigo 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre o Regime Contábil das finanças públicas, inclusive nas IES públicas do Estado do Paraná. Sobre esse assunto, assinale o que for correto.

- 01) A combinação do Regime de Competência para as Receitas, ou seja, a realização dessas dar-se-á após o efetivo impacto nas disponibilidades financeiras e o Regime de Caixa para a despesa, reconhecendo-as em momentos diferentes.
- 02) A combinação do Regime de Caixa para as Receitas, ou seja, a realização dessas dar-se-á após o efetivo impacto nas disponibilidades financeiras e o Regime de Competência para a despesa, reconhecendo-as em momentos diferentes.
- 04) Regime Misto, isto é, a adoção do Regime de Caixa ou de Gestão e o Regime de Competência ou de Exercício.
- 08) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- 16) Toda a receita pertence ao exercício em que é efetivamente arrecadada, independente do exercício que a originou e a despesa é considerada quando do empenhamento da mesma, não se caracterizando no ato do pagamento em exercícios posteriores.

07 – Na prestação de contas de um convênio, com período de vigência de 1º de julho de 2008 a 30 de agosto de 2009, foram apresentados documentos de despesas datados de 20 de junho de 2008 e 05 de setembro de 2009. Diante desta situação, assinale o que for correto no que se refere aos procedimentos do responsável pela conferência.

- 01) O responsável pelo convênio deverá apresentar declarações alterando as datas dos documentos das empresas emitentes.
- 02) Esses documentos podem ser aceitos, desde que acompanhem uma circunstanciada declaração do coordenador.
- 04) O coordenador deverá recolher, em conta específica do convênio, o valor correspondente aos documentos apresentados fora do prazo de execução do convênio.
- 08) Esses documentos não serão aceitos por estarem fora do prazo.
- 16) Esses documentos podem ser aceitos, desde que acompanhem uma declaração da empresa emitente validando os documentos.

08 – As licitações no Estado do Paraná são reguladas basicamente pela seguinte legislação: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Lei Estadual nº 15.340/06. No que respeita às licitações e às leis acima indicadas, assinale o que for correto.

- 01) De acordo com a Lei Complementar nº 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 02) A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração.
- 04) É atribuição do pregoeiro o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação.
- 08) Não cabe à autoridade competente, designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio.
- 16) Não é necessária a apresentação de certidão negativa em todas as modalidades de licitação.

09 – Assinale o que for correto.

- 01) Para a realização de serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, a administração pode se utilizar dos tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço".
- 02) Para fins da Lei nº 8.666/93, considera-se obra não só a construção, mas também a reforma, recuperação ou ampliação, independentemente de que seja realizada por execução direta ou indireta.
- 04) A Lei nº 8.666/93, visando assegurar a segurança jurídica dos contratantes, estabelece que os contratos administrativos, uma vez assinados não mais podem ser alterados em nenhuma hipótese.
- 08) Na modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, a habilitação do licitante far-se-á com a verificação de que sua situação está regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira.
- 16) O saldo do convênio será obrigatoriamente aplicado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

10 – Supondo que, no 2º trimestre de 2009, uma IES estadual apresentou algumas contas, conforme valores especificados na tabela a seguir.

Ord	Conta	Valor R\$
1	Material de Consumo	257.242,28
2	Equipamentos e material permanente	67.074,00
3	Vencimento e vantagens fixas	19.888.160,48
4	Passagens e despesas com locomoção	60.620,30
5	Contratação por tempo determinado	1.074.392,57
6	Outras despesas de custeio	720,00
7	Outras despesas com pessoal	977.746,74
8	Outros serviços de terceiros: pessoas física e jurídica	724.632,55

No que se refere aos dados exemplificados acima, assinale o que for correto.

- 01) A soma das despesas correntes é R\$ 22.983.514,92, sendo que deste total R\$ 21.940.299,79 são despesas com pessoal e encargos sociais.
- 02) As despesas de capital somam R\$ 67.074,00.
- 04) As despesas correntes somam R\$ 724.632,55 e as despesas de capital R\$ 67.074,00.
- 08) As despesas totais somam R\$ 23.050.588,92.
- 16) As despesas com pessoal e encargos sociais somam R\$ 22.664.932,34.